

Breve panorama da imigração na Área Metropolitana de Lisboa (1980-2010)

Maria Isabel João

Introdução

No extremo ocidental do continente europeu, com uma longa costa marítima voltada para o oceano Atlântico, Portugal é um país que se forjou através de sucessivas migrações. O caldeamento de povos e de culturas deu origem aos portugueses e, desde cedo, estes se dispersaram pelo mundo. A expansão ultramarina levou os portugueses para o Norte de África, depois para o Oriente e para o Novo Mundo, mas trouxe também para o país em migrações forçadas os escravos que, a meados do século XVI, representariam em torno de 10% da população do reino. A cidade de Lisboa contaria, então, com cerca de 100 000 habitantes e nela se encontravam além de uma multiplicidade de estrangeiros ligados aos negócios, comunidades de mouros e de judeus e uma grande variedade de escravos: os negros de várias regiões de África, os “japões”, que exerciam todas as artes com bom entendimento, os “chins”, que eram considerados extraordinários cozinheiros, os “mouros da Índia”, de grande vivacidade e engenho¹. A capital do império era não só a maior cidade do país, mas também uma terra de “desvairadas gentes”, com o colorido próprio de uma metrópole que possuía uma população de diversas origens e variados usos e costumes.

Com o declínio da rota do Cabo e do comércio das especiarias, a situação mudou e, apesar do progressivo crescimento económico e demográfico, a cidade deixou de atrair tantos estrangeiros e somente os escravos negros continuaram a ser importados para múltiplos serviços. Na segunda metade do século XVIII, o marquês de Pombal decretou a extinção da escravatura no reino e, nos séculos seguintes, a maior parte dos descendentes dos antigos escravos acabaria por ser absorvida pela população portuguesa. Nunca mais houve um grupo tão importante de indivíduos proveniente de outras regiões no território nacional e, com poucas exceções, Portugal não era um país atrativo para a imigração. Ao longo dos tempos as exceções foram os ingleses ligados a diversos negócios – desde o vinho do Porto, ao vinho da Madeira e ao comércio da laranja, nos Açores – os refugiados de alguns setores da nobreza europeia e de casas reais, destronadas em revoluções, os espanhóis que buscaram abrigo da devastação da guerra civil e os europeus e judeus que fugiram das perseguições do nazismo e procuraram a proteção da neutralidade do Estado português durante a II Guerra Mundial. Nos anos da guerra, Lisboa voltou a ser uma capital cosmopolita e um importante ponto de passagem para a América.

1 Sassetti, 1578 *apud* MIGUEL, 1979: 423.

Deste modo, o censo de 1950 regista somente 21 186 estrangeiros residentes em Portugal, dos quais mais de metade (56,4%) se concentrava nos distritos de Lisboa e Setúbal. A esmagadora maioria era proveniente de países europeus (75,6%), com destaque para os espanhóis, seguidos a grande distância pelos brasileiros (17,8%). Os indivíduos de origem africana eram pouco mais de uma centena, mas não estavam incluídos os naturais das colónias portuguesas que possuíam a nacionalidade portuguesa. De qualquer modo, o seu número era diminuto, e nas décadas seguintes aumentaria ligeiramente com a vinda de estudantes de várias partes do império e de trabalhadores indiferenciados, sobretudo das ilhas de Cabo Verde². Uma década mais tarde, no novo censo verifica-se uma subida de quase 40% do número total de estrangeiros residentes no país, com maior concentração no litoral, mormente na região de Lisboa, e uma distribuição das nacionalidades que mantinha a ordem anterior. Nessa altura, os estrangeiros representavam somente 0,3% do total da população residente no país.

Porém, os portugueses continuavam a partir para trabalhar no estrangeiro, nomeadamente os continentais para os países do norte da Europa, Alemanha e França, em franco crescimento económico no pós-guerra, os madeirenses para vários destinos, como a Venezuela e a África do Sul, e os açorianos maioritariamente para os Estados Unidos da América. A emigração permanecia como uma constante da sociedade portuguesa, tendo-se intensificado na década de 60. A imigração só adquiriu expressão significativa depois da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, no contexto da expansão da economia portuguesa e da realização de grandes obras públicas que se verificou nas últimas décadas do século passado. O interesse dos investigadores das migrações longo tempo mobilizado pelo estudo da emigração foi atraído para o novo fenómeno em curso, expandindo-se rapidamente os estudos e as análises sobre os aspetos demográficos e as implicações no mercado de trabalho, na economia e na sociedade portuguesa. Por outro lado, problemas como a integração na sociedade de acolhimento, as relações culturais e as representações mútuas dos grupos populacionais em contacto passaram a ser também objeto de reflexão. Tratando-se de uma área de estudos recente dispõe de uma bibliografia importante que permite traçar um quadro geral da evolução do fenómeno³.

Neste trabalho propomo-nos tratar a imigração na área metropolitana de Lisboa⁴, tendo presente o contexto do país. Em primeiro lugar, convém esclarecer que se entende por imigrantes a população estrangeira residente em Portugal, a qual é recenseada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que anualmente publica relatórios onde são apresentados os *stocks* dos indivíduos com residência legalizada no país⁵. Esses dados são a base usada pelas estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE) e o que temos disponível para construir séries aproximadas sobre a imigração. Contudo, os dois conceitos são distintos: o imigrante é o estrangeiro que entra no país, mas alguns estrangeiros já nasceram em Portugal e sempre aqui viveram. As estatísticas oficiais não permitem estabelecer essa diferença e fora delas ficam os imigrantes clandestinos e em situação ilegal. Por isso, as estatísticas oficiais possibilitam somente uma aproximação imperfeita da realidade. Além disso, diferentes procedimentos de recolha e tratamento dos dados conduzem

2 O número de estrangeiros residentes em Portugal é variável consoante as fontes. A Pordata apresenta números diferentes, tendo por base os dados do INE-SEF/MAI: 1960 – 20514; 1970 – 24703; 1980 – 50750 (PORDATA, *População estrangeira com estatuto legal de residente...*).

3 BAGANHA, 2006; MACHADO; MATIAS, 2006. A Porbase e o Alto-comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI/Observatório da Imigração) permitem completar esta bibliografia.

4 As estatísticas do SEF são apresentadas com base no critério administrativo do distrito e os dados não são desagregados por concelhos. Por isso, consideramos os dois distritos, de Lisboa e de Setúbal, quando apresentamos os dados para a população estrangeira residente na AML. Os dezoito municípios da AML concentram 90% da população total dos dois distritos (MALHEIROS, 2011: nota 7, 44).

5 SEF, SEFSTAT, Portal de Estatística, <http://sefstat.sef.pt/evolucao.aspx>. A autorização de residência pode ser temporária, por um ano, ou permanente e os dados incluem também, enquanto estiverem em vigor, as autorizações de permanência, e os vistos de longa duração, isto é, por um ano. Trata-se de uma estatística que resulta de um ato administrativo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Nos *stocks* estão incluídos os indivíduos com residência legalizada por, pelo menos, um ano.

a desvios consideráveis de valores, a quebras de séries⁶ e a discrepâncias que não é possível ultrapassar, o que reforça a ideia de que só podemos ter uma visão aproximada do fenómeno. No início de cada década, o INE realiza o recenseamento geral da população que permite contabilizar o número de fogos e a população residente, nacional e estrangeira. Os dados obtidos são mais completos e permitem estudos mais finos, nomeadamente ao nível demográfico e da distribuição geográfica.

Uma área metropolitana é uma vasta zona urbana que inclui uma metrópole e as povoações envolventes. No caso português, foi mesmo criada do ponto de vista jurídico a Área Metropolitana de Lisboa (AML), pela lei 46/2008, de 27 de agosto, a qual é uma pessoa coletiva de direito público que constitui uma forma específica de associação dos municípios abrangidos pela Grande Lisboa e a península da Setúbal. Os concelhos que compõem a AML são dezoito: Alcochete, Almada, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. O concelho da Azambuja chegou a integrar esta área, mas deixou de fazer parte dela em 2004.

Mapa n.º 1 – Área Metropolitana de Lisboa⁷



Esta área regista a maior concentração demográfica e económica do país. Representa somente 3,3% do território nacional, mas nela reside mais de um quarto da população, cerca de 2,9 milhões de habitantes. A densidade populacional é de longe a mais elevada do país (946 hab/km²). Ao nível económico concentra 25% da população ativa, 31% das empresas nacionais, 36% do emprego e contribui com 37% do PIB nacional⁸. Lisboa já foi um centro do sistema económico mundial por um breve período histórico, quando a Coroa portuguesa desempenhou um papel de ligação entre o Oriente e o Ocidente e de intermediário nas

6 Em 2008, houve uma quebra de série dos dados do SEF em resultado de nova metodologia de extração dos mesmos sobre a população estrangeira. Assim, até ao ano de 2007, inclusive, ocorreu uma subavaliação reiterada das migrações que compõem os fluxos mais recentes, casos do Brasil, Ucrânia, Roménia e Moldávia. Em contrapartida, embora de forma menos expressiva, foram sobrestimadas as populações historicamente mais consolidadas em Portugal, designadamente no caso de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, bem como do Reino Unido e Espanha. Esta situação verificou-se, de forma menos expressiva, com outras nacionalidades (SEF, *Relatório*, 2009: 30).

7 Agradeço o mapa ao doutor Jorge Trindade.

8 Dados relativos a 2010 (INE, 2012).

relações mercantis internacionais. Mas perdeu esse papel ainda durante a época moderna para outros centros europeus, nomeadamente para Amesterdão e Londres. Mesmo nas relações comerciais com a colónia do Brasil acabaria por perder a primazia e por ser suplantada por outras potências europeias após a respetiva independência. Remeteu-se, por conseguinte, a uma posição semiperiférica no sistema das economias-mundo⁹, beneficiando de ser a capital do império luso-africano, com pequenas extensões no Oriente (Goa, Macau e Timor), mas prejudicada pelo facto do país não ter acompanhado, nos séculos XVIII e XIX, a revolução industrial e o desenvolvimento tecnológico que iriam marcar o mundo contemporâneo. Esse atraso económico só seria, em parte, recuperado na segunda metade do século XX, aproximando-se o país, progressivamente, dos padrões da Europa ocidental. O ingresso na Comunidade Económica Europeia, em 1986, facilitou um significativo crescimento da economia e a integração num espaço transnacional que tornaram atrativa a cidade para os negócios, as empresas, os capitais e, em particular, os fluxos migratórios internacionais.

Apesar disso, Lisboa dificilmente pode ser considerada uma cidade global¹⁰. Tais cidades são centros de controlo e de coordenação do mundo financeiro a nível global, que concentram serviços altamente especializados no campo das finanças e da gestão (bolsa, banca, seguros) e que têm a capacidade de organizar e comandar as transações realizadas no mercado mundial. São cidades internacionalizadas, sede de muitas empresas transnacionais e marcadas por grandes fluxos de capitais, mercadorias e profissionais qualificados ou trabalhadores indiferenciados, as quais beneficiam em primeira linha da globalização. As suas relações são, preferencialmente, com o exterior, com outras cidades do sistema financeiro, mercantil e de serviços global. Ora, Lisboa tem uma posição no sistema semiperiférica e não possui os meios necessários para ter um papel de liderança na atual economia-mundo. De um ponto de vista das migrações, a posição peculiar de Portugal já foi qualificada de placa giratória¹¹, porque é, simultaneamente, um local de partida e de chegada de migrantes. Os portugueses continuaram a emigrar maioritariamente para outros países do norte da Europa e, de outros continentes e do leste, foram chegando imigrantes. Uma parte deles vê em Portugal uma porta de entrada para outros países da União Europeia, onde espera obter melhores condições de vida.

Vamos, por conseguinte, apresentar uma breve panorâmica desse processo imigratório, onde destacaremos: a evolução geral e por nacionalidades de origem, a concentração na região litoral do país e, em especial, na Área Metropolitana de Lisboa, os aspetos sociodemográficos que caracterizam estas populações e, naturalmente, os fatores explicativos deste tipo de fenómeno, no contexto específico de Portugal.

Evolução da população imigrante

Após o golpe de Estado militar de 1974, além da implantação do regime democrático, uma das mudanças políticas mais importantes consistiu no processo de descolonização. O fim do império português determinou que os naturais das ex-colónias passassem a ser estrangeiros, o que afetou o estatuto dos residentes cabo-verdianos que se tinham vindo a fixar no país desde a década de 1960. De um momento para o outro aumentou, portanto, o número de estrangeiros, mas na altura do censo de 1981 ainda não ia além de 0,6% da população total (54 414). A população tinha, entretanto, engrossado com os “retornados” das ex-colónias, que se calcula em torno de meio milhão, e com o regresso de emigrantes portugueses à pátria, incentivados pelas políticas dos países europeus de acolhimento nesse sentido.

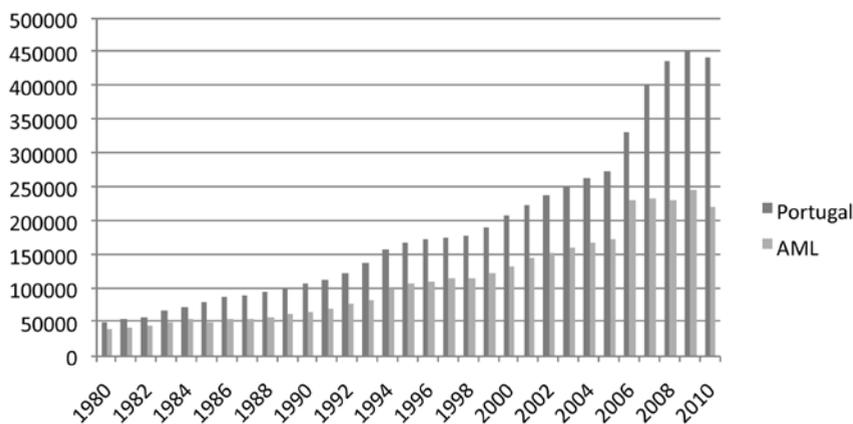
9 Sobre os conceitos de economia-mundo e semiperiferia ver os clássicos: WALLERSTEIN, 1984a; WALLERSTEIN, 1979: vol. I; 1984: vol. II; 1998: vol. III; BRAUDEL, 1985; BRAUDEL, 1995. Para uma aplicação do conceito de semiperiferia em Portugal: SANTOS, 1985.

10 SASSEN, 1991.

11 BAGANHA, 2001.

A grande maioria dos imigrantes concentrava-se na Área Metropolitana Lisboa naquela data, representando 77, 8% do total oficialmente registado (42359)¹². Desses, mais de metade era proveniente de África, com destaque para os cabo-verdianos que ascendiam a 84,4% do total dos africanos. O outro grupo tradicionalmente mais importante era o dos europeus, com destaque para os espanhóis e os ingleses por razões de ordem histórica e económica. Os brasileiros ocupavam o terceiro lugar no *ranking* das nacionalidades de residentes estrangeiros em Portugal, concentrando-se 35,4% da comunidade na região de Lisboa. Os norte-americanos e asiáticos também estavam representados. Os cidadãos dos EUA dominavam o primeiro grupo e os indo-paquistaneses o segundo; uma parte deles viera da antiga colónia de Moçambique. Havia ainda pequenos grupos de imigrantes da Oceania, numa panóplia variada de nacionalidades que se manteve e até diversificou ainda mais nas décadas seguintes. Apesar da concentração na área metropolitana da capital, o número dos que residiam na cidade de Lisboa era mais reduzido (41,4%), destacando-se os cidadãos de origem africana, os espanhóis e os brasileiros.

Gráfico n.º 1 – Evolução da população imigrante em Portugal e na AML (1980-2010)¹³



Fonte: INE e SEF, *Estatísticas Demográficas e Relatórios, 2000-2010*.

Ao longo dos últimos trinta anos, verificou-se um crescimento sustentado da imigração que fica bem evidente no gráfico apresentado. Portugal abeirou-se, em 2010, dos 450 mil estrangeiros com residência legal, o que constitui 4,2% da população. O número foi praticamente duplicando a cada década, em termos absolutos e relativos. A Área Metropolitana de Lisboa possui a maior concentração de estrangeiros com residência legal, tendo passado dos 41076, em 1980, para os 221353, em 2010¹⁴. Porém, ao longo dos anos foi diminuindo a percentagem dos residentes na área de Lisboa no total dos imigrantes. Assim, os 80,9% de 1980 desceram para metade do total em 2010, o que indica que houve, entretanto, uma maior dispersão dos residentes

¹² Os dados estatísticos disponíveis são apresentados por distritos, por isso reunimos os dois distritos de Lisboa e de Setúbal (INE, 1981: 252).

¹³ Considerámos a AML equivalente à soma da população estrangeira residente nos dois distritos de Lisboa e de Setúbal, dada a limitação das estatísticas disponíveis.

¹⁴ INE, 2011: 104.

estrangeiros por outras regiões do país. A grande concentração continua a ser nas regiões do litoral, seguindo um padrão idêntico ao da população portuguesa e compreensível dado que é onde se situam os principais polos económicos do país. A distribuição também apresenta variações consoante as nacionalidades de origem, verificando-se que o Algarve se tornou atrativo para uma população idosa do norte da Europa que procura um clima mais ameno para passar o tempo da aposentação.

As primeiras vagas de imigração foram de indivíduos das ex-colónias portuguesas, na sequência do processo de descolonização. Num primeiro momento, tratou-se de um fluxo muito motivado por razões políticas e pela instabilidade que se vivia nos novos Estados independentes. A guerra civil em Angola e em Moçambique, os golpes de Estado e a situação precária da Guiné-Bissau, as dificuldades económicas de São Tomé e Príncipe propiciaram a imigração para Portugal. Os moçambicanos vieram em menor número, dada a grande distância e a tradicional imigração para a África do Sul, mas da costa ocidental e dos dois arquipélagos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o fluxo foi crescente. É uma imigração maioritariamente laboral, de populações com baixas qualificações, que se empregam na construção civil e em serviços indiferenciados. O que não significa que não haja também setores mais qualificados e estudantes do ensino superior que acabam por radicar-se em Portugal. A língua comum e as redes de solidariedade são muito importantes neste movimento de entrada que é o maior na AML.

No início dos anos 1990, Portugal tornou-se mais atrativo para a imigração e houve uma diversificação das proveniências. Com a estabilidade política e a entrada na CEE, a economia estava em crescimento e o afluxo de fundos comunitários permitiu a expansão das obras públicas, criando muito emprego na construção civil. Por outro lado, a abertura aos mercados internacionais e o investimento estrangeiro trouxeram quadros especializados, geralmente europeus ou norte-americanos, enquanto no polo oposto geravam uma crescente procura de trabalhadores para serviços de limpezas, restauração, hotelaria e comércio. A polarização do emprego tem sido apontada como uma característica do mercado de trabalho atual, sobretudo nos mais importantes centros urbanos. A cidade de Lisboa não foge a essa regra e, com a desindustrialização que se começou a verificar nos anos 1980, o terciário tornou-se o principal setor empregador, sendo marcado por uma clivagem forte entre os serviços especializados e altamente qualificados e uma proliferação de serviços indiferenciados, desqualificados e de baixa remuneração.

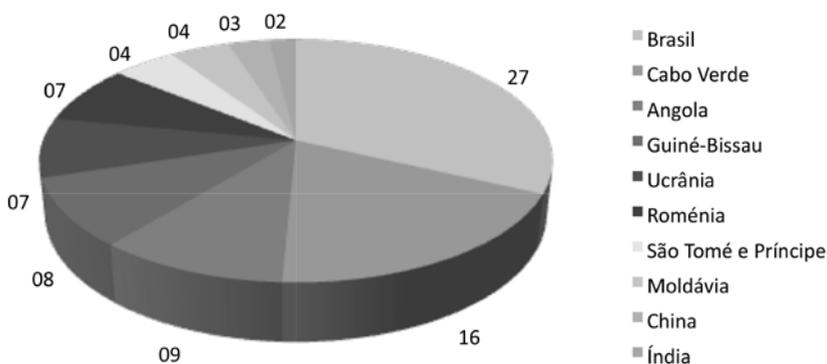
Apesar do crescimento económico não ter sido linear e se ter verificado um declínio na primeira metade da década de 1990, a imagem de Portugal no exterior era muito positiva e associada ao desenvolvimento da União Europeia. Por isso, surgiu uma nova etapa com a chegada dos imigrantes do leste da Europa, nomeadamente os ucranianos, russos, moldavos e romenos. Trata-se de populações que não tinham relações anteriores com Portugal, que chegaram aos milhares através de redes organizadas e na maioria dos casos ficavam em situação ilegal. O caso dos ucranianos é o mais bem conhecido¹⁵ e compreendem-se as motivações económicas de uma migração laboral, com elevada taxa de masculinidade, que se dispersou mais pelo país, empregando-se na construção civil e na agricultura. É uma população com maior nível de formação, mas que foi ocupar-se maioritariamente em setores onde estavam também os africanos. As estatísticas oficiais registam em 2009: 16693 ucranianos na AML (33,8% do total residente no país); 16342 romenos (50,3%); 9261 moldavos (44,5%); 2351 russos (46,8%).

A imigração brasileira tinha já alguma tradição, mas apresentando valores relativamente modestos. Em 1990, o *stock* era de 11413 brasileiros que representavam somente 10,6% do total da população estrangeira residente em Portugal. Tratava-se de uma imigração de quadros médios e superiores, com um padrão de distribuição geográfica mais disperso, que foi crescendo a ritmo lento até ao início do novo século. Porém,

nessa altura verificou-se uma mudança importante e começou a chegar uma população com mais reduzidas habilitações literárias que veio engrossar o *stock* de brasileiros residentes em Portugal. Deste modo, em 2008 suplantaram, nas estatísticas do SEF, o número de ucranianos e cabo-verdianos documentados, passando a ser o maior grupo entre a população imigrante (106704, mais do dobro das outras duas nacionalidades). Esse *stock* ainda não parou de crescer apesar da conjuntura de crise no país e do movimento de regresso, motivado pelo crescimento da economia brasileira. É possível que os processos de reunificação familiar estejam a contribuir para esse acréscimo que, entre 2008 e 2010, se cifrou em mais 11,9% de residentes brasileiros legalizados¹⁶. A maioria concentra-se na AML (58 % do total, em 2009), com especial preferência por zonas de praia, como a Costa da Caparica e a linha do Estoril. O domínio da língua portuguesa e a imagem mais comunicativa e simpática dos brasileiros torna-os especialmente representados no sector do comércio a retalho, da restauração e da hotelaria¹⁷. Apesar disso, o grupo dos brasileiros distribui-se por vários setores de atividade e apresenta maior diversidade de ocupações¹⁸.

Em 1980, o continente asiático era o menos representado entre as nacionalidades presentes em Portugal com 1153 indivíduos legalizados. Dez anos mais tarde o número já tinha quadruplicado e na década seguinte ainda duplicou, cifrando-se em 8743 em 2000 e 26 314 em 2009. Um dos maiores contributos para esse crescimento veio da parte da nacionalidade chinesa que aumentou os seus efetivos ao longo destes decénios, de tal modo que em 2009 o seu número já ascendia a 14 373, fixando-se 45,2% do total na AML. Os setores preferenciais são o comércio a retalho e a restauração, funcionando a comunidade em circuito fechado na medida em que criam o seu próprio negócio e empregam conterrâneos. Outro grupo importante é o dos indianos com um total de 5 873 indivíduos documentados, em 2009, 70% dos quais residentes na AML. Com menos de metade deste número, os paquistaneses encontram-se igualmente sobretudo na região da capital (73,6% do total de 2701 residentes em Portugal). O comércio a retalho também é, tradicionalmente, a principal atividade destes grupos de imigrantes.

Gráfico n.º 2 – As nacionalidades mais representadas no total da população estrangeira residente na AML em 2009



Fonte: SEF, *Relatório 2009*.

16 Entre 2010 e 2011 houve um decréscimo de 7918 brasileiros, mostrando que também estão a regressar ao Brasil ou a partir para outros destinos (SEF, *Relatório 2011*).

17 MALHEIROS; FONSECA, 2011: 43.

18 MALHEIROS, 2007.

No *ranking* das dez nacionalidades mais representadas na AML somente pertence à União Europeia a Roménia que ingressou em 2007. Nesse ano já eram 8348 os residentes romenos na AML, mas dois anos depois quase tinham duplicado. O crescimento deste grupo de imigrantes tem sido acentuado e, em 2010, estão documentados no total 36 830 romenos em Portugal. É um processo migratório recente, de carácter essencialmente laboral, que se acentuou nos últimos anos da primeira década do século. Os outros países da UE mais representados são a Espanha, a Alemanha e o Reino Unido, mas com uma expressão mais reduzida. Aliás, depois de 2007 o número dos cidadãos comunitários sofreu uma quebra, tal como dos EUA, o que pode ter como razão a conjuntura de crise e a saída ou retração das empresas estrangeiras que deslocam os seus quadros para outras regiões.

Da Europa de leste destacam-se duas nacionalidades na AML: os ucranianos e os moldavos. Os primeiros grupos da República da Moldávia chegaram depois dos ucranianos, mas em poucos anos atingiram um pico de 21067 indivíduos legalizados em Portugal. Contudo, em ambos os casos nota-se uma tendência para a diminuição do número de efetivos, o que parece indicar que está a haver regresso por falta de emprego. De facto, no terceiro trimestre de 2010 a taxa de desemprego oficial do país já era de 10,9%, com um valor ligeiramente superior na região de Lisboa. No trimestre, a diminuição do emprego nos setores da indústria, construção, energia e água, cifrava-se em 34 mil indivíduos, e da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, em 28 mil indivíduos¹⁹. As estatísticas são omissas em relação às nacionalidades dos desempregados, mas a população imigrante é seguramente afetada pela recessão económica. Por isso, de 2009 para 2010 regista-se uma descida de 5,3% no *stock* de residentes ucranianos e de 24,6% no de moldavos. Apesar dos números de 2010 serem ainda provisórios, a elevada descida dos segundos em relação aos primeiros parece indicar que se trata de uma população menos estabelecida do que a da Ucrânia.

O maior grupo de residentes estrangeiros é constituído por cidadãos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Num primeiro lugar destacado estão os brasileiros, seguidos por Cabo Verde e outras ex-colónias africanas. Como já referimos, o número de brasileiros continuou a crescer nos últimos anos da década, talvez porque o setor dos serviços não tinha sido ainda muito afetado pela recessão. Na estatística do emprego já citada, refere-se que no setor dos serviços, ao contrário dos outros, o emprego aumentou em 8,2 mil indivíduos, durante o terceiro trimestre de 2010²⁰. Porém, entre os imigrantes africanos parece registar-se uma tendência para a diminuição do seu número. Por um lado, uma parte deles tem obtido a nacionalidade portuguesa, o que é especialmente notório no caso dos cabo-verdianos, já radicados há mais anos no país. Deixam, assim, de ser contabilizados nas estatísticas sobre estrangeiros. Por outro lado, ocupam os setores de atividade mais afetados pela crise e têm de procurar novas alternativas. O crescimento económico de Angola e de Moçambique tem atraído a imigração, inclusive a portuguesa, e as redes de sociabilidade, nomeadamente dos cabo-verdianos, permitem sair para outros países da Europa e mesmo para os EUA.

A China e a Índia ocupam os últimos lugares nesta tabela das nacionalidades mais representadas na AML. Nestes grupos a tendência é para o acréscimo do número de efetivos, mais acentuado no caso da comunidade chinesa. Trata-se de populações que criam geralmente o seu próprio emprego, mas a crise económica e social poderá também ter efeito negativo sobre as atividades a que se dedicam. De qualquer modo, verificamos que há lógicas diversas na evolução dos vários grupos de imigrantes nos últimos anos, sobretudo desde a crise financeira de 2007 que teve um efeito negativo sobre a economia portuguesa, já marcada por várias debilidades estruturais. O período anterior, até meados da primeira década do século XXI, tinha sido de um crescimento contínuo para a generalidade das nacionalidades.

19 O número total de desempregados era oficialmente de 609,4 mil indivíduos (INE, 2010: 1-7).

20 INE, 2010: 2-7.

A primeira quebra no total de estrangeiros residentes em Portugal regista-se em 2010 com -1,9% e os grupos mais afetados são os africanos dos PALOP, os europeus do leste, com a exceção da Roménia, e os cidadãos da UE e dos EUA, ou seja, os dois polos opostos do mercado de trabalho. Em relação à AML, o relatório do SEF de 2010 é omissivo, mas deve acompanhar esta tendência visto que também é nela que se concentra a maior parte dos imigrantes. Um outro dado corrobora melhor esta análise: em 2010, a emissão de primeiros títulos de residência teve uma quebra de 17,4% em relação a 2009²¹. Uma parte das novas autorizações de residência foram para o reagrupamento familiar (22,8%), seguindo-se o exercício de atividade profissional e o estudo. O Brasil ocupa o primeiro lugar destacado no cômputo geral dos pedidos (16 165), seguindo-se a Roménia (6047).

As migrações têm, naturalmente, uma estreita relação com as conjunturas económicas e com a oferta de emprego, mas o processo depende da forma como os fenómenos são percebidos pelos atores sociais e de decisões que dependem de sociabilidades, de redes e de contactos que determinam as escolhas. Neste processo de evolução do número de imigrantes legais tem também um papel importante o quadro jurídico do país de acolhimento e o funcionamento das instituições que lidam com os estrangeiros. A imigração ilegal em Portugal estima-se que seja elevada e o próprio Estado o reconheceu quando abriu a possibilidade de regularizações extraordinárias em 1992 e 1996, com efeito nos anos subsequentes. Em 2001, foi introduzida a autorização de permanência (AP) que permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem. Estas medidas tomadas para regularizar a situação dos clandestinos, em conjunturas em que havia necessidade de mão-de-obra, acabam por ter um duplo efeito: aumentam o número dos estrangeiros legalizados e são propiciadoras da imigração, porque veiculam uma imagem de facilidade na obtenção dos documentos. As autorizações de permanência favoreceram a imigração do leste da Europa e possibilitaram a vinda de trabalhadores que se dispersaram sobretudo por distritos do interior, ocupando-se na agricultura²².

Atualmente, a situação mudou e o Governo tem vindo a impor limites à permanência de estrangeiros de países terceiros, já que os cidadãos da UE têm liberdade de circulação no espaço comunitário. Por sua vez, os cidadãos dos PALOP e do Brasil estão ao abrigo de acordos bilaterais que lhes concedem mais facilidade no acesso à legalização. De qualquer modo, o contingente global indicativo da concessão anual de vistos de residência para a admissão em território português de cidadãos estrangeiros para o exercício de uma atividade profissional subordinada teve um limite de 3800 em 2010 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2010, de 26 de março). Esse número foi igual ao de 2009, mas representou uma significativa descida em relação a 2008 (8500). A fixação destes contingentes visa exercer algum controlo sobre as entradas de estrangeiros com finalidade laboral, numa conjuntura de crise e aumento do desemprego.

Caracterização sociodemográfica

Numa sucinta caracterização sociodemográfica da população imigrante, a primeira questão que se pode colocar prende-se com a sua composição em termos de género. É sabido que a população nacional é maioritariamente feminina, o que se deve sobretudo à sobremortalidade masculina²³. Ora, de acordo com os dados do SEF a população estrangeira é maioritariamente masculina²⁴, mas constata-se que tem havido uma tendência para um maior equilíbrio entre os dois sexos, devido ao aumento do número de mulheres em relação ao de homens.

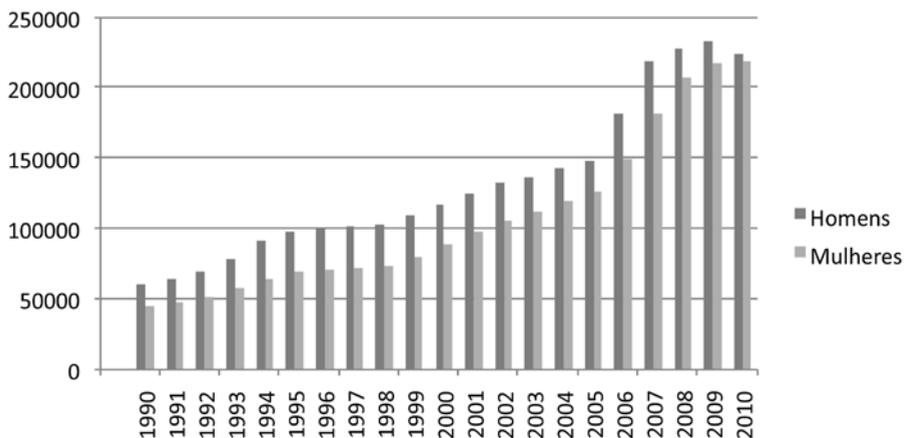
21 Em 2010 foram emitidos 50747 primeiros títulos de residência (SEF, *Relatório 2010*: 22).

22 "No final de 2003, dos mais de 108 mil indivíduos oriundos da Europa de Leste que se encontravam legalmente em Portugal, 95,5% dispunham de uma autorização de permanência. É ainda de realçar que as autorizações concedidas a imigrantes de leste representaram mais de metade (56,2%) do total de autorizações de permanência concedidas" (PERISTA, 2004: 127-130).

23 ROSA *et al*, 2003: 54.

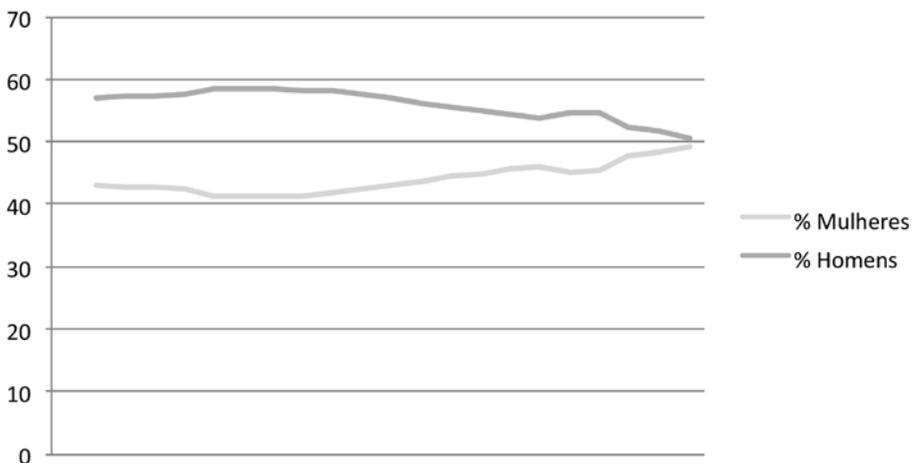
24 ROSA *et al*, 2003: 55.

24 São os únicos dados de que dispomos que nos permitem construir uma série. Os recenseamentos são relativos a único ano e dado que o processo de recolha da informação é por inquérito, os números são distintos dos apresentados pelo SEF (ROSA *et al*, 2003).

Gráfico n.º 3 – Evolução da população imigrante por sexos (1990-2010)

Fontes: SEF e INE, *Anuários Estatísticos de 2009 e 2010*.

A população feminina em relação à masculina era de 43,1% em 1990 e esse valor ainda baixou ao longo da década em resultado da forte imigração laboral que se verificou, em especial dos países africanos e do leste da Europa. Neste tipo de migração predominam tradicionalmente os homens. Porém, em 2001 começou a verificar-se uma tendência sustentada para a subida do número de mulheres que veio a traduzir-se num progressivo equilíbrio da representação dos sexos. Em 2008, já se situava em 47,6% o número de mulheres em relação ao total dos imigrantes e, dois anos depois, ainda se tinha elevado para 49,3%, colocando os dois sexos quase em paridade. A convergência torna-se muito evidente no gráfico n.º 3 que mostra a evolução relativa no número de homens e de mulheres.

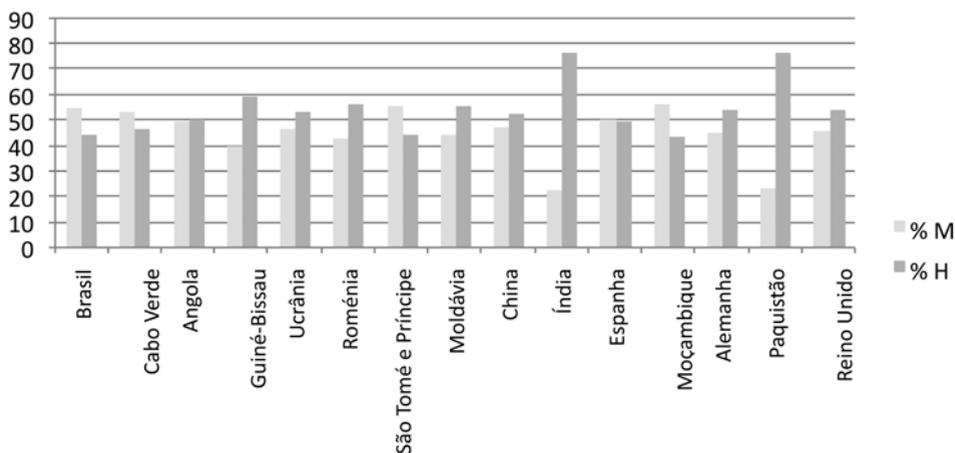
Gráfico n.º 4 – A evolução da percentagem de mulheres e de homens na população imigrante total (1990-2010)

Fontes: SEF e INE, *Anuários Estatísticos de 2009 e 2010*.

As razões que explicam esta evolução são várias. Desde logo, a reunificação familiar que acompanha o estabelecimento dos imigrantes no território nacional, mas também a imigração feminina que se verifica em algumas nacionalidades, nomeadamente de mulheres provenientes do Brasil e de alguns países eslavos.

Por isso, uma análise da composição por sexos consoante as nacionalidades mostra acentuadas diferenças que têm relação com as características dos fluxos migratórios e com as várias culturas nacionais. Para o efeito vamos centrar-nos no ano de 2009 em relação ao qual dispomos de dados desagregados por distritos e por sexos²⁵.

Gráfico n.º 5 – A relação entre mulheres e homens nas principais nacionalidades residentes na AML em 2009 (em %)



Fonte: SEF, *Relatório 2009*.

Globalmente, a maioria da população imigrante em 2009 ainda era masculina (52,8%). Porém, quando se observa por nacionalidades mais representativas constata-se que o Brasil tem uma população feminina maioritária (55,2%). O mesmo se verifica com alguns países africanos, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique. No caso de Angola há um equilíbrio, mas a Guiné-Bissau ainda continua a ter um claro predomínio masculino (59,7%). Entre os países do leste da Europa com maior imigração, como a Ucrânia e a Moldávia, domina o sexo masculino, se bem que a relação seja mais equilibrada do que em períodos anteriores e a população feminina se situe acima dos quarenta por cento. Outras nacionalidades menos representadas em Portugal e na AML, como a Polónia, a Rússia e a Bielorrússia, apresentam populações mais feminizadas, com valores percentuais de mulheres superiores a sessenta.

Em nacionalidades europeias residentes na AML continua a ser maioritária a população masculina, como é o caso da Alemanha e do Reino Unido, mas em relação a Espanha nota-se uma composição já equilibrada, com ligeira vantagem feminina. Quanto aos países asiáticos, a Índia e o Paquistão apresentam a relação mais desequilibrada, com uma grande maioria de homens (76%). Na nacionalidade chinesa apesar do sexo masculino

25 SEF, *Relatório 2009*. Os dados publicados anualmente são os provisórios e estão em linha: <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>. Não é de mais reforçar a ideia do carácter aproximado destes dados em relação à realidade.

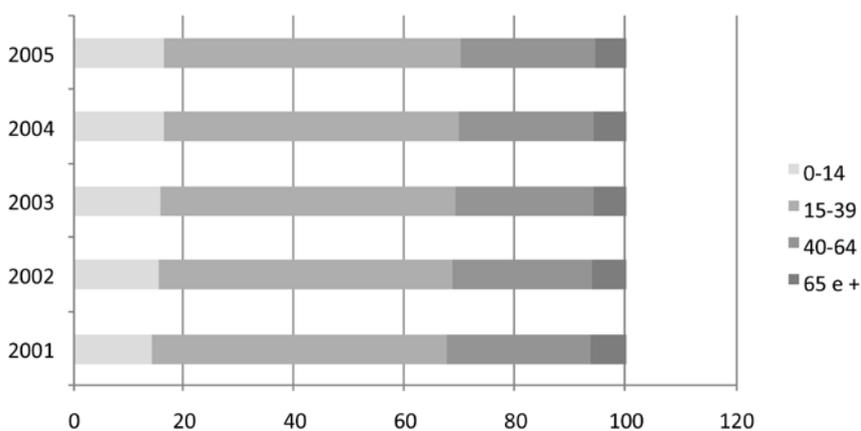
estar em maior número, é bem menor a desproporção (47,6% de mulheres). Entre as populações muçulmanas tende a haver uma composição da população mais fortemente masculina, o que parece ser extensivo aos imigrantes hindus. De qualquer modo, em termos globais nota-se uma tendência para a feminização que se relaciona com a estabilidade das populações imigrantes e que acompanha a diminuição dos fluxos migratórios.

A população imigrante é, em geral, mais jovem do que a nacional, com uma maior incidência nos grupos etários em idade ativa. O número de idosos é relativamente reduzido, sobretudo nas populações imigrantes mais recentes. A divergência deste padrão verifica-se no caso da população reformada do norte da Europa que se tem fixado no Algarve, por causa do clima ameno e das condições favoráveis ao investimento imobiliário. Nos recenseamentos de 1991 e 2001, constatase que a idade média da população portuguesa era de 36,9 e 39,5 anos, respetivamente²⁶. Mas quando se considera a população estrangeira esses valores descem para 29,2 e 32,3 anos, o que indica que se trata de uma população mais jovem²⁷.

Contudo, se considerarmos as nacionalidades verificamos que há diferenças. A população com idade média mais elevada é dos países europeus da UE, apresentando os grupos de origem espanhola e britânica valores superiores aos portugueses (41,0 e 45,3 anos, em 2001). Os franceses distinguem-se naqueles anos pela baixa idade média da população residente em Portugal (19,7 e 26,8 anos), bem como o Brasil (29,8 e 31,2 anos) e os países africanos (inferior a 30 anos). Porém, os cabo-verdianos têm valores superiores (34 anos), o que decorre do facto de serem uma imigração mais antiga no território nacional. A população estrangeira tende a aumentar a média de idades tal como o conjunto dos portugueses. Apesar disso, o índice de envelhecimento é relativamente baixo, exceto no caso dos grupos provenientes de Espanha e do Reino Unido²⁸.

A distribuição por grupos etários nos primeiros cinco anos do novo século coloca em evidência o peso muito acentuado da população em idade ativa e o caráter residual da população idosa.

Gráfico n.º 6 – Estrutura etária da população estrangeira residente em Portugal, 2001-2005 (em %)



Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas 2006 e 2007*.

26 ROSA *et al*, 2003: 57.

27 ROSA *et al*, 2003: 58.

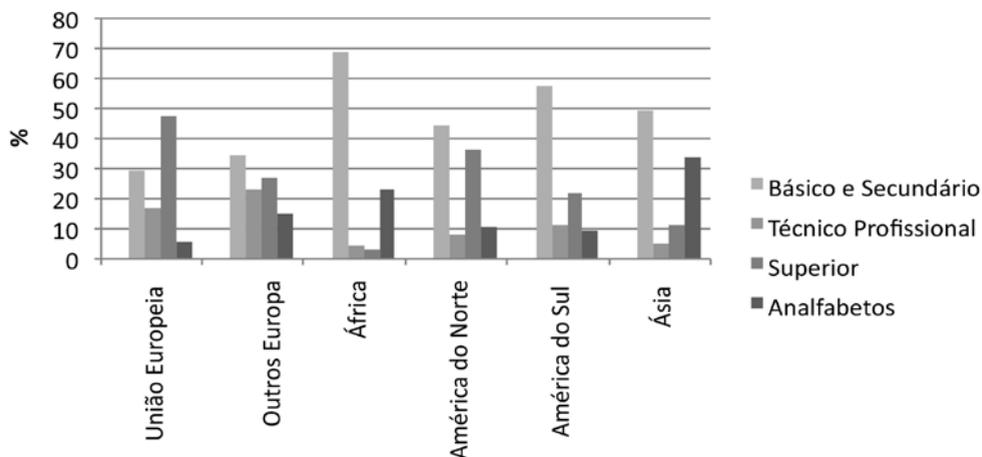
28 ROSA *et al*, 2003: 61.

A faixa etária em idade ativa (15-64 anos) representa 78,1% do total da população imigrante em 2005. No mesmo ano os jovens são 16,3% e os idosos quedam-se por 5,6% do total de estrangeiros com residência legal. É importante verificar que no mesmo ano a população residente em Portugal apresenta valores diferentes: os jovens têm um peso menor (15,6%) e os idosos são em número francamente superior (17,1%), o que reduz o valor da população em idade ativa (67,3%).

Desde o recenseamento de 2001 que se sabe que o número de idosos ultrapassou o de jovens e o índice de envelhecimento da população portuguesa é elevado (102,2)²⁹. Por isso, a população estrangeira com idade média inferior, com um peso acentuado da população em idade ativa e um baixo índice de envelhecimento tem um impacto positivo na demografia nacional. Em 2005, o índice de envelhecimento da população residente em Portugal era de 110,1, contra somente 34,6 entre os imigrantes. A população estrangeira contribui, de forma sensível, para baixar o índice de dependência total da população – 28,1 na população imigrante e 48,5 no total da população residente em Portugal, em 2005³⁰ –, o aumento do volume populacional e o crescimento demográfico.

Um elemento importante para a caracterização da população imigrante diz respeito aos níveis de instrução. Os dados disponíveis referem-se aos indivíduos que solicitaram o estatuto legal de residente e vamos analisar uma curta série relativa a cinco anos, de 2000 a 2004. As estatísticas publicadas estão desagregadas por continentes e grandes regiões de proveniência dos imigrantes, mas não são distribuídas pelos distritos.

Gráfico n.º 7 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente em Portugal segundo a instrução, por grandes regiões, 2000-2004 (média anual em %)



Fontes: INE, *Estatísticas Demográficas, 2000 a 2004*.

29 Segundo dados provisórios do censo de 2011 já atinge um valor de 128,6 idosos (65 anos ou +) por 100 jovens (0-14 anos) (PORDATA – *Indicadores de envelhecimento segundo os censos*).

30 Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, expressa habitualmente por 100 (10^{^2}) pessoas com 15-64 anos (*Metainformação* – INE).

Pelo gráfico n.º 7 pode-se constatar que os indivíduos provenientes dos países da União Europeia são os que apresentam um grau mais elevado de instrução, com uma média anual de 47,8% do total dos que solicitam residência em Portugal com nível superior e um número relativamente reduzido de pessoas que não sabem ler nem escrever (5,9%). Entre os que entram de outros países da Europa é menor o peso dos que possuem um grau superior (26,7%) e prevalece o ensino básico e secundário e técnico profissional, numa distribuição mais equilibrada pelos vários graus. A percentagem de analfabetos é mais elevada (15,4%).

O outro grupo com nível de instrução relativamente elevado é da América do Norte, com 36,1% com grau superior. Contudo, a maioria tem o nível básico e secundário (44,6%), com um escasso número a indicar formação técnico-profissional (8,3%) e uma percentagem significativa de analfabetos (11%). Entre os provenientes da América do Sul verifica-se que o nível dominante é o básico e secundário (57, 5%), posicionando-se em quarto lugar quanto ao grau superior (22,1%) e ficando abaixo dos norte-americanos em percentagem de analfabetos (9,3%). Destacando-se os brasileiros, constatamos que a maioria tem o nível básico e secundário, com 22% com um grau superior e 9,5% que não sabem ler e escrever.

Dos dois outros continentes, uma percentagem elevada de analfabetos solicita estatuto de residente, com os provenientes da Ásia³¹ a apresentar os piores indicadores (34,1% contra 23% para os africanos). Apesar disso, os indivíduos provenientes de África apresentam a percentagem mais baixa para o grau de instrução superior, somente 3,4% contra 11,4% para os asiáticos. Observando as nacionalidades africanas mais representadas, verificamos que os cabo-verdianos são os que apresentam piores indicadores quanto ao grau de instrução: somente 1% com nível superior e 27,4% de analfabetos.

Esta análise ganha outra dimensão e significado quando se analisam as estatísticas dos *Quadros de Pessoal* do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, que fornecem indicações sobre o nível de instrução dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem³².

Habilitações e inserção no mercado de trabalho

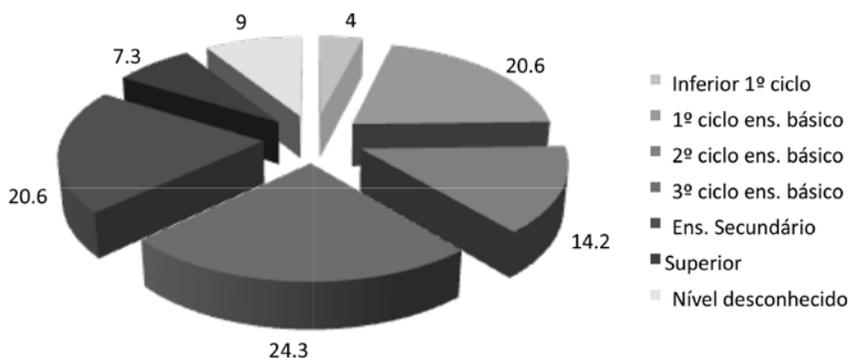
Consideramos para efeito da análise sobre esta matéria o triénio de 2008-2010. Nesses anos a média anual de pessoas de nacionalidade estrangeira ao serviço, recenseadas pelo inquérito do MSSS&GEP, foi de 163 517, o que representa em torno de 5% do total. No conjunto dos estrangeiros, a esmagadora maioria é constituída por trabalhadores por conta de outrem (95,6%) e uma minoria aparece como empregadora (4,2%). Porém, quando se observa por grandes regiões de origem e nacionalidades, constata-se que a maioria dos empregadores é dos países mais antigos da União Europeia, enquanto os trabalhadores por conta de outrem provêm do leste da Europa, do Brasil e dos PALOP.

Quanto à instrução, verifica-se que a maioria se situa no nível de ensino básico (59,1%), seguindo-se o ensino secundário (20,6%) e o superior (7,3%). O nível inferior ao 1.º ciclo de escolaridade é de somente 4%, apesar de haver uma percentagem considerável de indivíduos cujo nível não foi possível apurar (9%). Em geral, o nível de habilitação dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem é inferior ao dos trabalhadores de nacionalidade portuguesa.

31 A nacionalidade mais representada é a chinesa, com mais de metade dos efetivos naqueles anos.

32 Os resultados são obtidos com base em inquéritos anuais às empresas, realizados no mês de outubro. (MSSS&GEP – *Quadros de Pessoal*).

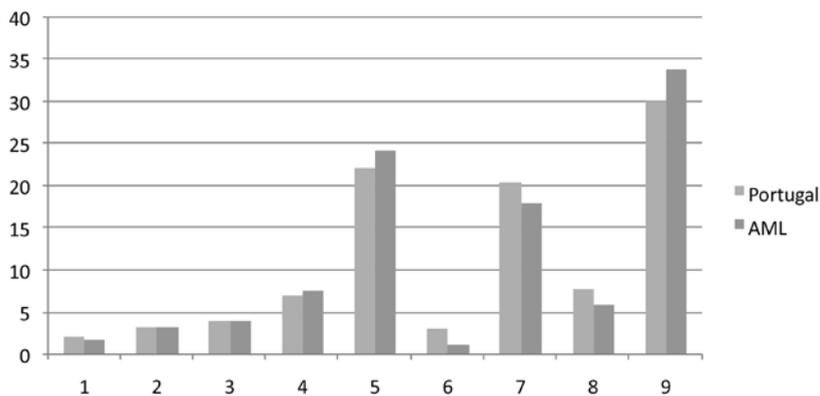
Gráfico n.º 8 – Percentagem de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem segundo a instrução, 2008-2010 (média anual)



Fontes: MSSS&GEP – *Quadros de pessoal, 2008-2010.*

A maioria dos trabalhadores por conta de outrem concentra-se na AML: 84345 em média por ano, entre 2008-2010 (54% do total).

Gráfico n.º 9 – Número de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem por grupos profissionais em Portugal e na AML, 2008-2010 (média anual)



Fonte: MSSS&GEP – *Quadros de pessoal, 2008-2010.*

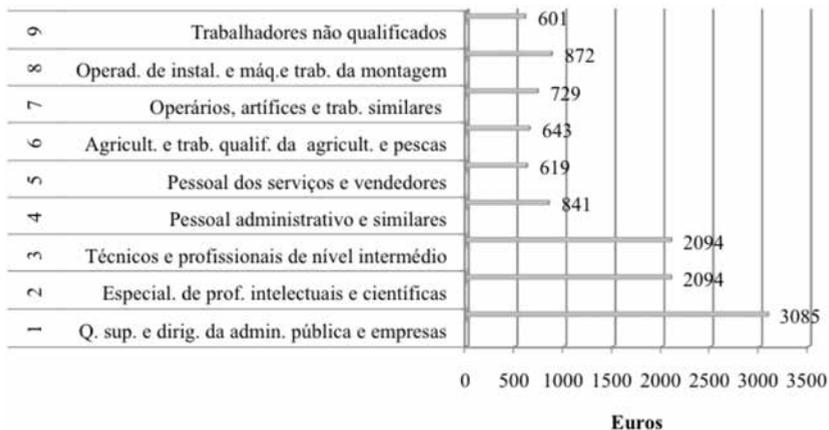
Quadro n.º 1 – Distribuição percentual dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem por grupos profissionais em Portugal e na AML, 2008-2010 (média anual)

Profissões	Portugal	AML
1. Quadros superiores e dirigentes da admin. pública e de empresas	2,2	1,8
2. Especialistas de profissões intelectuais e científicas	3,3	3,4
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	4,0	4,0
4. Pessoal administrativo e similares	7,1	7,6
5. Pessoal dos serviços e vendedores	22,1	24,2
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	3,1	1,3
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	20,4	17,9
8. Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	7,8	6,0
9. Trabalhadores não qualificados	30,0	33,8

Fonte: MSSS&GEP – *Quadros de pessoal, 2008-2010.*

Observando a distribuição por grupos profissionais, constata-se que os trabalhadores não qualificados são em número mais elevado, no total e, em particular, na AML (33,8%). Dentro deste grupo, por sua vez, a maior parte está no setor dos serviços e comércio, bem como na construção civil, obras públicas, indústria transformadora e transportes. O segundo grupo profissional mais representado é o pessoal dos serviços e vendedores (24,2%), onde se inclui a prestação de serviços pessoais e de proteção e segurança. Em terceiro lugar, aparecem os operários, artífices e trabalhadores similares que integram os profissionais qualificados de diversas indústrias (17,8%, na AML). O grupo menos representado na AML é, naturalmente, o dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (1,3%). Trata-se dos setores que ocupam menos pessoal e a região de Lisboa é essencialmente urbana, de serviços e indústrias. Em termos relativos com os trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade portuguesa, verifica-se que os estrangeiros estão mais representados no pessoal de serviços e vendedores, na agricultura e pescas, entre os operários e artífices e no conjunto dos trabalhadores não qualificados, ou seja, nas profissões menos qualificadas e mais desvalorizadas socialmente. Na AML, 75,9 % dos trabalhadores estrangeiros por conta de outrem estão distribuídos pelo grupo dos não qualificados, do pessoal de serviços e vendedores, bem como dos operários, artífices e trabalhadores similares. Estes grupos estão entre os que auferem mais baixa remuneração, como se pode ver no gráfico n.º 10.

Gráfico n.º 10 – Trabalhadores estrangeiros por conta de outrem por grupos profissionais e ganho médio mensal em euros, 2008-2010 (média anual)



Fonte: MSSS&GEP – Quadros de pessoal, 2008-2010.

Relativamente ao total dos trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores estrangeiros recebem, em média, remunerações inferiores³³. No entanto, a comparação dos valores por grupos profissionais permite observar que os trabalhadores estrangeiros com funções situadas no topo da hierarquia (numeradas de 1 a 3) apresentam remunerações médias mensais mais elevadas do que as auferidas pelo total dos trabalhadores por conta de outrem dos respetivos grupos.

Conclusão

Entre 1980 e 2009 verificou-se um crescimento sustentado da imigração que só influiu a tendência nos dois anos seguintes. Portugal, tradicionalmente um país de emigração, tornou-se atrativo para a imigração, sobretudo depois da integração na Comunidade Europeia, no final dos anos 80. No contexto dos grandes investimentos públicos e privados realizados nos anos 1990, que permitiram um significativo crescimento da economia e a expansão do mercado de trabalho, a população imigrante aumentou e surgiram grupos de nacionalidades que anteriormente não tinham qualquer relação com o país. Tornou-se, por conseguinte, mais diversificada a população imigrante residente em Portugal, apesar da percentagem de imigrantes ser relativamente diminuta quando comparada com outros países da União Europeia.

A Área Metropolitana de Lisboa é a região do país que concentra maiores grupos de imigrantes de diversas nacionalidades, com destaque para os naturais do Brasil e dos PALOP. Deste modo, a distribuição dos imigrantes replica o que acontece com a população nacional que também se concentra nesta região do país, por razões de ordem socioeconómica e políticas. Não podendo ser considerada uma cidade global, Lisboa e a sua região metropolitana desempenham um papel importante na oferta de emprego nas áreas das indústrias e dos serviços, atraindo os profissionais mais qualificados e os trabalhadores indiferenciados.

³³ Em 2008, a diferença de ganho médio mensal é de menos 15,7% e, no ano seguinte, esse valor desce para 15,1% (MSSS&GEP – Quadros de Pessoal 2008: 38 e 34).

Verifica-se, deste modo, uma polarização do mercado de trabalho, concentrando-se nesta região os quadros de topo de empresas e serviços internacionais. Quando se analisa a situação remuneratória da população ativa imigrante, constata-se que os trabalhadores estrangeiros por conta de outrem que desempenham funções superiores, mais qualificadas e de direção, levam vantagem em relação aos respetivos grupos, enquanto os trabalhadores com atividades situadas nos escalões mais baixos são penalizados com rendimentos médios mensais inferiores.

Olhando para a composição sociodemográfica da população imigrante, observa-se uma predominância masculina que se tem vindo a esbater. A população feminina tem aumentado e os géneros tendem a equilibrar-se, apesar de haver diferenças significativas entre as várias nacionalidades representadas no país e na AML. De qualquer modo, a feminização é um processo que aparece, geralmente, associado com a estabilidade das populações imigrantes e com a diminuição dos fluxos migratórios. Também, de modo geral, se apura que as populações imigrantes são mais jovens, com predomínio da população em idade ativa. O baixo índice de envelhecimento e de dependência total da população imigrante aliam-se ao contributo positivo para o aumento do volume populacional e o crescimento demográfico. Porém, essa realidade global tem de ser matizada pelas diferenças existentes entre os vários grupos de estrangeiros residentes no território nacional.

Fontes

INE/Instituto Nacional de Estatística, 1981 – “Estrangeiros que legalizaram a sua residência segundo a nacionalidade, por distritos, “R.A. e cidades de Lisboa e Porto” in *Estatísticas Demográficas*. Lisboa: INE.

INE/Instituto Nacional de Estatística, 2011 – *Anuário Estatístico de Portugal 2010*. Lisboa: INE.

INE/Instituto Nacional de Estatística, 2012 – *A Região de Lisboa – 2010*. Lisboa: INE.

INE/Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Demográficas 2000-2010*. Disponível em: <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modulo_pesquisa=PESQUISA_AVANCADA&frm_texto=estat%C3%ADsticas+demogr%C3%A1ficas&frm_modulo_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=55466&frm_area=o_ine_area_Publicacoes> [consult. jun. 2012].

INE/Instituto Nacional de Estatística, Novembro de 2010 – *Estatísticas do Emprego*, 3.º trimestre de 2010. Lisboa: INE.

MSSS&GEP/ Ministério da Solidariedade e Segurança Social/Gabinete de Estratégia e Planeamento – *Quadros de Pessoal*, 2000-2010. Disponível em: <<http://www.gep.msss.gov.pt/estatistica/gerais/qanteriores.php>> [consult. 4 de jul. 2012]

PORDATA – *Indicadores de envelhecimento segundo os censos*. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+envelhecimento+segundo+os+Censos-525>> [consult. 2 de jul. 2012].

PORDATA – *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades*, [atualização 11.10.2012]. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24>> [consult. 22 de fev. 2013].

SEF/Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – *Relatórios Estatísticos Anuais*, 2000-2010. Disponível em: <<http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>> [consult. jun. 2012].

Bibliografia

BAGANHA, Maria Ioannis *et al*, 2006 – *Bibliografia sobre a Imigração em Portugal*. Lisboa: Oficina do CES, n.º 259.

BAGANHA, Maria Ioannis, 2001 – “A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal” in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) – *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento.

BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro (org.), 2010 – *Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa: a emergência de uma ou várias comunidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

BRAUDEL, F., 1985 – *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema.

BRAUDEL, F., 1995 – *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 3 vols.

GÓIS, Pedro (org.), 2008 – *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

MACHADO, Fernando Luís; MATIAS, Ana Raquel (compil.), 2006 – *Bibliografia sobre imigração e minorias étnicas em Portugal*: